

## **AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE PERNAMBUCO S.A. - A G E F E P E**

### **Notas Explicativas da Administração às**

### **Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2016 e de 2015**

(valores expressos em milhares de reais, exceto quando expresso)

#### **1. Contexto Operacional**

A **AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE PERNAMBUCO S.A. - AGEFEPE**, pessoa jurídica de direito privado, é uma Sociedade Anônima de Economia Mista, de capital fechado, regida pela Lei das Sociedades por Ações, Lei 6.404/76 e suas alterações, integrante da Administração Pública Indireta do Estado de Pernambuco, constituída com base na Lei Estadual nº 13.701, de 18 de dezembro de 2008.

A **AGEFEPE** é uma instituição financeira subordinada à supervisão e fiscalização do Banco Central do Brasil. Sua legislação e regulamentação são submetidas ao disposto na Lei Federal nº 4.595/64, de 31.12.64, e alterações posteriores, relativas ao Sistema Financeiro Nacional. A Agência recebeu autorização de funcionamento, conforme comunicado DEORF/GTREC - 2010/09947, de 09 de dezembro de 2010, do Banco Central do Brasil.

A **AGEFEPE** tem como principal finalidade a realização de ações de fomento econômico no Estado de Pernambuco, incluindo a realização de financiamentos para investimentos fixos, de giro, mistos, associados a projetos, utilizando recursos próprios ou repasse de recursos de instituições financeiras e fundos regionais, nacionais e internacionais, a concessão de garantias, a gestão de fundos de desenvolvimento e a prestação de serviços de consultoria financeira, em consonância com o Plano do Governo Estadual, podendo praticar todas as modalidades operacionais previstas nas normas do Banco Central do Brasil para as Agências de Fomento.

#### **2. Apresentação das Demonstrações Financeiras e Principais Práticas Contábeis**

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas e apresentadas em conformidade com os dispositivos da Lei das Sociedades por Ações - Lei 6.404/76 e suas alterações, associadas as normas do CMN e do Banco Central do Brasil - BACEN, através dos critérios estabelecidos no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro - COSIF.

Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e suas interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), porém nem todas foram homologadas pelo Banco Central do Brasil. Sendo assim, estão observados nas Demonstrações Contábeis da Agência os seguintes pronunciamentos normas do Conselho Monetário Nacional – CMN (Os pronunciamentos técnicos citados no texto dos CPC's a seguir, enquanto não recepcionados por ato específicos do Conselho Monetário Nacional, não podem ser aplicados): CPC 00 (R1) – Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro, CPC 01 (R1) Redução ao Valor Recuperável de Ativos, CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas, CPC 10 (R1) – Pagamentos Baseados em Ações, CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, CPC 24 - Evento Subsequente, CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados.

As demonstrações Financeiras ora apresentadas referem-se ao período encerrado em 31 de dezembro de 2016, data de encerramento do exercício e comparadas com o mesmo período de 2015.

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações Financeiras estão definidas a seguir:

#### **a) Operações de Crédito**

As operações de crédito encontram-se atualizadas em conformidade com as correspondentes disposições contratuais, registradas a valor presente, incorporando os rendimentos auferidos até a data do balanço quando pós-fixadas e líquido das rendas a apropriar em razão da fluência dos prazos das operações, quando pré-fixada.

Por recomendação do BACEN, a atualização das operações de crédito ocorre até o 60º dia, sendo contabilizada como receitas de operações de crédito, e a partir do 61º dia, somente quando efetivamente recebidas.

Todas as operações de crédito estão classificadas obedecendo os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/1999, do CMN.

As operações de crédito em atraso são classificadas nos níveis de “A” até “H”. Aquelas classificadas como nível “H” permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por até cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

As operações renegociadas são mantidas no mesmo nível em que se encontravam classificadas. As renegociações de operações de crédito, que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação, são classificadas como nível “H” e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

#### **b) Ativo Permanente**

O ativo permanente está registrado ao custo de aquisição líquido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo com a vida útil econômica estimada dos bens considerando as taxas mínimas anuais definidas pelo BACEN e divulgadas abaixo:

- 10% para instalações, móveis e equipamentos de uso e sistema de comunicação;
- 20% para sistema de processamento de dados.

Os valores registrados no Intangível referem-se aos gastos com a implantação de sistemas e são amortizados levando em conta o vencimento final dos contratos.

#### **c) Ativos e Passivos Contingentes**

As provisões são reconhecidas quando a Agência tem uma obrigação legal ou implícita, como resultado de eventos passados. São avaliadas, reconhecidas e divulgadas de acordo com as determinações estabelecidas na Resolução CMN 3.823/2009 e Normas e Pronunciamentos Contábeis - CPC 25.

No encerramento do exercício de 2016 não existiam fatos que ensejassem a necessidade de constituir quaisquer tipo de provisão para contingências.

#### d) Demais Ativos e Passivos

São demonstrados pelo custo, acrescidos, quando aplicável, dos rendimentos e das variações monetárias incorridas. A classificação em circulante e longo prazo, do Ativo Circulante e do Passivo Exigível, obedece ao Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF.

#### e) Apuração do Resultado

O regime de apuração do resultado é o de competência, que estabelece que receitas e despesas devem ser apropriadas nos períodos em que ocorrerem.

#### f) Imposto de Renda e Contribuição Social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro, quando exigível, são calculados em bases mensais sobre o resultado contábil do período, ajustado pelas adições determinadas, pelas exclusões admitidas e pelas compensações de prejuízo fiscal e base de cálculo negativa, até o limite definido em legislação específica vigente à época da ocorrência dos fatos geradores.

### 3. Títulos e Valores Mobiliários

A carteira de Títulos e Valores Mobiliários apresenta saldo em 31 de dezembro de 2016 e 2015 conforme abaixo, visando inclusive, cumprir ao determinado na Resolução nº 2.828 do BACEN, no que trata da aplicação em Títulos Públicos Federais:

	Vencimento	2016	2015
<b>Curto Prazo (para negociação)</b>		<b>43.532</b>	<b>31.704</b>
Cotas de Fundos de Renda Fixa	Sem vencimento	39.309	31.704
Letras Financeiras do Tesouro	07/03/2017	4.223	-
<b>Longo Prazo (mantido até o vencimento)</b>		<b>-</b>	<b>3.711</b>
Letras Financeiras do Tesouro	07/03/2017	-	3.711
<b>TOTAL</b>		<b>43.532</b>	<b>35.415</b>

### 4. Operações de Crédito

As operações de crédito da Agência estão devidamente classificadas nos níveis de risco definidos pela Resolução nº 2.682/99 do Conselho Monetário Nacional – CMN, baseando-se nos níveis de atrasos dos contratos. As principais informações relacionadas às operações de crédito estão demonstradas a seguir:

#### 4.1. Composição por Atividade Econômica

A Vencer

	2016				2015			
Setor Privado	Até 180 dias	De 180 a 360 dias	Mais 360 dias	Total	Até 180 dias	De 180 a 360 dias	Mais 360 dias	Total
Serviço	1.449	962	5.044	7.455	7.759	2.490	4.463	14.712
Indústria	645	776	3.987	5.408	560	250	1.863	2.673
Comércio	265	183	690	1.138	1.493	771	165	2.429
Pessoa Física	30	22	5	57	122	28	5	155
Subtotal	2.389	1.943	9.726	14.058	9.934	3.539	6.496	19.969

#### Vencido

Setor Privado	De 15 a 60 dias	De 61 a 180 dias	Mais de 180 dias	Total	De 15 a 60 dias	De 61 a 180 dias	Mais de 180 dias	Total
Serviço	77	339	81	497	700	912	657	2.269
Indústria	41	87	102	230	18	56	47	121
Comércio	23	26	27	76	418	618	78	1.114
Pessoa Física	4	18	8	30	9	24	17	50
Subtotal	145	470	218	833	1.145	1.610	799	3.554
Total	2.534	2.413	9.944	14.891	11.079	5.149	7.295	23.523

#### 4.2. Composição por Nível de Risco e Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa

<b>A VENCER</b>		2016					2015
Nível de risco	Até 180 dias	de 180 a 360 dias	Mais de 360 dias	Total	% Resolução BACEN	Provisão	Provisão
A	151	83	35	269	0,50%	1	14
B	1.025	647	4.976	6.648	1,00%	67	55
C	51	43	229	323	3,00%	10	61
D	432	558	1.555	2.545	10,00%	255	379
E	37	40	101	178	30,00%	54	1.132
F	31	37	266	334	50,00%	167	11
G	4	-	-	4	70,00%	3	64
H	658	535	2564	3.757	100,00%	3.757	2.013
Total	2.389	1.943	9.726	14.058		4.314	3.729

<b>VENCIDO</b>		2016					2015
Nível de risco	De 15 a 60 dias	De 61 a 180 dias	Mais de 180 dias	Total	% Resolução BACEN	Provisão	Provisão
B	4	-	-	4	1,00%	-	1
C	3	-	-	3	3,00%	-	4
D	10	44	-	54	10,00%	5	18
E	10	1	-	11	30,00%	3	136
F	7	15	-	22	50,00%	11	9
G	2	12	-	14	70,00%	10	13
H	109	398	218	725	100,00%	725	2.616
Total	145	470	218	833		754	2.797

#### 4.3. Movimentação da Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa no segundo semestre de 2016

	2016	2015
Saldo no Início do exercício	6.527	5.010
Adições	5946	8.803
Recuperação de Crédito Baixado como Prejuízo	(64)	(725)
Reversões	(447)	(775)
Baixa para Prejuízo	(6.894)	(5.786)
Saldo no Final do exercício	<b>5.068</b>	<b>6.527</b>

## 5. Outros Créditos

Os valores registrados em Outros Créditos e outros valores e bens, referem-se a ativos recuperáveis, sendo representados por “Impostos e Contribuições a Compensar” - IRPJ e CSLL, “Devedores Diversos - Cobrança a Processar” e Despesas Antecipadas, conforme demonstrado a seguir:

	2016	2015
Serviços Prestados a Receber	9	37
Adiantamentos e Antecipações Salariais	5	2
Adiantamentos por Conta de Imobilizações	-	2
Devedores por Depósitos em Garantia	-	43
Impostos e Contribuições a Compensar	14	207
Devedores Diversos - País	6	117
Outros Valores e Bens	28	26
	<b>62</b>	<b>434</b>

## 6. Imobilizado de Uso

Demonstrada a seguir, a movimentação e composição dos ativos Imobilizados de Uso e Intangível:

	Saldo em 31/12/2015	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2016
<b>Permanente</b>	<b>366</b>	<b>(122)</b>	<b>(16)</b>	<b>228</b>
<b><u>Imobilizado de Uso</u></b>	<b>343</b>	<b>(102)</b>	<b>(16)</b>	<b>225</b>
<b>Móveis e Equipamentos de Uso</b>	<b>409</b>	<b>10</b>	<b>(25)</b>	<b>394</b>
Aparelho de Refrigeração	66	-	(17)	49
Máquinas e Equipamentos	56	3	(3)	56
Mobiliários	287	7	(5)	289
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	-	-	-	-
<b>Sistema de Processamento de Dados</b>	<b>357</b>	<b>2</b>	<b>(4)</b>	<b>356</b>
Sistema de Processamento de Dados	357	2	(4)	356
<b>(Depreciação E Amortização)</b>	<b>(423)</b>	<b>(114)</b>	<b>13</b>	<b>(524)</b>
<b>(-) Depreciação Acum. Móveis e Equip. de Uso</b>	<b>(148)</b>	<b>(41)</b>	<b>9</b>	<b>(180)</b>
(-) Aparelho de Refrigeração	(24)	(6)	7	(23)
(-) Máquinas e Equipamentos	(20)	(6)	-	(26)
(-) Mobiliários	(104)	(29)	2	(131)
(-) Benfeitorias em Imóveis Terceiros	-	-	-	-
<b>(-) Deprec. Acum. Sist. De Proc. De Dados</b>	<b>(275)</b>	<b>(73)</b>	<b>4</b>	<b>(345)</b>
(-) Sistema De Proc. De Dados	(275)	(73)	4	(345)
<b><u>Intangível</u></b>	<b>23</b>	<b>(20)</b>	<b>-</b>	<b>3</b>
Licença De Uso De Software	460	2	-	462
(-) Amortização Licença De Uso De Software	(437)	(22)	-	(459)

Os bens do imobilizado e intangível são avaliados anualmente para identificar evidências de perdas não recuperáveis, primariamente utilizando o contexto de indícios internos e externos que interfiram na recuperação desses ativos, com base sempre em eventos ou alterações significativas, que indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Os resultados encontrados nos levantamentos realizados, referentes ao balanço de 31 de dezembro de 2016, com base nas premissas conhecidas, não apontam a necessidade de ajuste contábil de "impairment" na AGEFEPE.

## 7. Obrigações por empréstimos e Repasses

Os valores registrados em Obrigações por Empréstimos e Repasses, referem-se a repasses do BNDES, FINEP e BNB-FNE, conforme demonstrado a seguir:

### Passivo Circulante

	2016	2015
Obrigações por Repasses-BNDES	-	-
Obrigações por Repasses – FINEP	131	-
Obrigações por Repasses – BNB	222	-
	<b>353</b>	-

### Exigível a Longo Prazo

	2016	2015
Obrigações por Repasses-BNDES	2.627	-
Obrigações por Repasses – FINEP	3.222	872
Obrigações por Repasses – BNB	914	253
	<b>6.763</b>	1.125

## 8. Exigível a Longo Prazo - Reapresentação de Saldos Comparativos-

Em cumprimento aos procedimentos previstos no CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, a correção foi aplicada de forma retrospectiva e não apresentou reflexos nos saldos totais das contas de ativo e passivo e nem no resultado do exercício.

## 9. Outras Obrigações - Fiscais e Previdenciárias

Representam as obrigações da Instituição para com o Governo Federal, relativas a Impostos e Contribuições sobre Serviços de Terceiros, Impostos e Contribuições sobre salários e PIS/COFINS sobre as receitas.

	2016	2015
IOF	-	13
INSS	60	59
IRRF	32	36
COFINS	26	33
FGTS	16	16
PIS	4	5
ISS	2	6
Outros	-	4
<b>TOTAL</b>	<b>140</b>	<b>172</b>

## 10. Outras Obrigações - Diversas

Compreende as provisões das despesas administrativas do mês de dezembro/2016 e as provisões das despesas de pessoal sobre férias acrescidas de 1/3 e da Diretoria, correspondente ao saldo acumulado no final do exercício, e outros credores.

	2016	2015
Provisão Outras Despesas Administrativas	294	327
Provisão de Férias e Encargos	200	154
Provisão para passivos contingentes	4	4
Credores Diversos	6	12
<b>TOTAL</b>	<b>504</b>	<b>497</b>

## 11. Patrimônio Líquido

### Capital Social

O Capital Social, subscrito e integralizado, representa o montante de R\$ 65.410, representado por 64.354.408 ações ordinárias nominativas, escriturais e sem valor nominal.

O Capital Social é representado exclusivamente por ações ordinárias. Cada ação ordinária nominativa dá direito a um voto nas deliberações das Assembleias Gerais.

O Quadro de acionistas esta assim constituído:

	2016		2015	
	R\$	Percentual	R\$	Percentual
Acionistas				
Estado de Pernambuco	65.000.000	99,37%	65.000.000	99,37%
AD DIPER	350.000	0,53%	350.000	0,53%
SINDUSGESSO	50.000	0,08%	50.000	0,08%
FEMICRO	10.000	0,02%	10.000	0,02%
Demais Acionistas	10	0,00%	10	0,00%
<b>Total</b>	<b>65.410.010</b>	<b>100,00%</b>	<b>65.410.010</b>	<b>100,00%</b>

## 12. Despesa de Pessoal e Honorários

	2º Sem. 2016	2016	2015
Honorários	362	745	641
Alimentação	118	222	289
FGTS	74	148	178
INSS	263	522	551
Ordenados	576	1.092	1.443
Férias	92	183	207
13º Salário	68	135	183
Outras	22	45	44
	<b>1.575</b>	<b>3.092</b>	<b>3.536</b>

## 13. Outras Despesas Administrativas

	2º Sem. 2016	2016	2015
Manutenção e Conservação	79	152	186
Processamento de Dados	274	593	621
Publicações	78	161	309
Serviços de Terceiros	104	204	187
Serviços Técnicos Especializados	865	1.938	2.223

Aluguéis	182	358	637
Comunicação	47	99	106
Vigilância	103	191	181
Cartórios e Custas	199	204	-
Outras	225	344	310
	<u>2.156</u>	<u>4.244</u>	<u>4.760</u>

#### 14. Estrutura de Gerenciamento de Riscos

A gestão de riscos da AGEFEPE considera as exigências e níveis regulatórios. É um processo que envolve identificação e medição dos principais riscos aos quais a Instituição está exposta. O gerenciamento resulta em melhorias nos seus processos internos, com adequações da estrutura organizacional, de forma a envolver todas as áreas da instituição num processo contínuo de otimização, da gestão que visa os controles e a mitigação dos riscos.

##### a) Risco de Crédito

O risco de crédito decorre da possibilidade de perdas associadas ao não cumprimento, pelo tomador ou contraparte, de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, da desvalorização de contratos decorrentes da deterioração na classificação de risco e da redução de ganhos ou remunerações face às vantagens concedidas por ocasião de renegociações e aos custos de recuperação. Nesse âmbito, em atendimento às disposições da Resolução Bacen nº 3721/2009, existe política definida para a gestão do risco de crédito.

##### b) Risco de Mercado

Foi implementada a Política de Gerenciamento de Risco de Mercado na Instituição que tem o objetivo de identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição desses riscos, garantindo a existência de mecanismos eficientes para a supervisão e acompanhamento. Além da definição das diretrizes de gestão, foi encaminhada a sistematização das regras de apuração da parcela de Patrimônio de Referência Exigido, referente ao risco de mercado, considerando as características das operações existentes, tendo presente os requisitos mínimos estabelecidos pelo Banco Central do Brasil.

##### c) Risco Operacional

A Política de Gerenciamento de Risco Operacional definida contempla a visão gerencial e a cultura de controles, o reconhecimento e avaliação dos riscos, o controle das atividades e segregação de responsabilidades, o processo de informação e comunicação e a necessidade de monitoramento das atividades de controle. O sistema implantado com esse fim específico tem por base a classificação de riscos prevista no disposto na Resolução Bacen nº. 3.380/2006.

**Alberto Sabino Santiago Galvão**  
Diretor-Presidente-Interino

**Cícero Luiz da Silva**  
Diretor de Negócios

**Teótimo Soares de Almeida**  
Contador - CRC/PE Nº 022.654/O-0  
CPF MF nº 183.449.254-87